

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	32
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	720.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>720.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	1.698.546	1.435.482
1.01	Ativo Circulante	45.624	33.299
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.206	19.967
1.01.03	Contas a Receber	10.809	9.859
1.01.03.01	Clientes	10.809	9.859
1.01.03.01.01	Contas a Receber	10.772	9.824
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	37	35
1.01.06	Tributos a Recuperar	689	1.217
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.598	1.934
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	322	322
1.01.08.03	Outros	322	322
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	322	322
1.02	Ativo Não Circulante	1.652.922	1.402.183
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	346	271
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	115
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	115
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	346	156
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais e Outros	346	156
1.02.03	Imobilizado	127.760	134.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.664	101.941
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	29.096	32.781
1.02.04	Intangível	1.524.816	1.267.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.524.816	1.267.190
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.524.816	1.267.190

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	1.698.546	1.435.482
2.01	Passivo Circulante	43.368	78.646
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.872	13.772
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.314	1.881
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.558	11.891
2.01.02	Fornecedores	23.816	57.237
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.787	57.224
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	29	13
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.929	4.851
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.397	2.062
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.532	2.789
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.532	2.789
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.189	1.129
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.189	1.129
2.01.05	Outras Obrigações	2.562	1.657
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.713	873
2.01.05.02	Outros	849	784
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	817	724
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	32	60
2.02	Passivo Não Circulante	876.177	733.218
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	836.012	722.217
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	836.012	722.217
2.02.03	Tributos Diferidos	14.884	0
2.02.04	Provisões	25.281	11.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10	0
2.02.04.02	Outras Provisões	25.271	11.001
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	25.271	11.001
2.03	Patrimônio Líquido	779.001	623.618
2.03.01	Capital Social Realizado	720.000	592.000
2.03.04	Reservas de Lucros	31.618	31.618
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	27.383	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.561	390.569	208.155	530.440
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.020	-321.298	-175.773	-428.751
3.02.01	Custo de construção	-18.281	-205.989	-139.188	-318.956
3.02.02	Serviços	-8.287	-22.949	-10.942	-38.800
3.02.03	Custos contratuais	-4.411	-14.066	-3.446	-11.168
3.02.04	Depreciação e Amortização	-7.376	-20.802	-5.460	-13.280
3.02.05	Custo com pessoal	-9.195	-27.529	-9.259	-26.560
3.02.06	Materiais, equipamentos e veículos	-4.012	-11.162	-3.976	-10.847
3.02.07	Outros	-4.515	-6.358	-1.076	-3.251
3.02.08	Provisão de manutenção	-4.943	-12.443	-2.426	-5.889
3.03	Resultado Bruto	25.541	69.271	32.382	101.689
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.975	-24.735	-7.486	-20.627
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.042	-24.851	-7.526	-20.779
3.04.02.01	Serviços	-3.430	-9.780	-2.755	-7.687
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.270	-3.664	-536	-1.157
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.565	-8.422	-2.426	-8.133
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-145	-451	-208	-596
3.04.02.05	Outros	-632	-2.534	-1.601	-3.206
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	110	275	133	336
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-43	-159	-93	-184
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.566	44.536	24.896	81.062
3.06	Resultado Financeiro	9.922	-2.132	-3.275	-10.400
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.488	42.404	21.621	70.662
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.449	-15.021	-7.329	-24.327
3.08.01	Corrente	0	-22	-3.585	-5.785
3.08.02	Diferido	-9.449	-14.999	-3.744	-18.542
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.039	27.383	14.292	46.335
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.039	27.383	14.292	46.335

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,02059	0,04048	0,02694	0,09759
3.99.01.01	ON				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,02059	0,04048	0,02694	0,09759
3.99.02.01	ON				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	18.039	27.383	14.292	46.335
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.039	27.383	14.292	46.335

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.084	162.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	84.442	96.365
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	27.383	46.335
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.999	18.542
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	24.466	14.437
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	159	184
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	56.500	41.100
6.01.01.10	Capitalização de Custos de Empréstimos	-54.228	-29.755
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	12.443	5.889
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	1.827	435
6.01.01.14	Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	773	328
6.01.01.15	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	2	-1.130
6.01.01.16	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionada	118	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.358	65.659
6.01.02.01	Contas a Receber	-950	-5.271
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-2	8.112
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	528	3.720
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	0	6.105
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	-854	-2.216
6.01.02.08	Fornecedores	-33.421	21.642
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	861	35.928
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.922	2.204
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-5.027
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-763	-328
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-900	1.064
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	65	-274
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-221.200	-344.122
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-5.501	-17.993
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-215.699	-326.129
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	185.355	168.345
6.03.01	Integralização de Capital	128.000	188.000
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos (Captações)	105.791	571.432
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos (Pagamentos de Principal)	0	-560.619
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos (Pagamentos de Juros)	-48.436	-30.468
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.239	-13.753
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.967	28.219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.206	14.466



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	128.000	0	0	0	0	128.000
5.04.01	Aumentos de Capital	128.000	0	0	0	0	128.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.383	0	27.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.383	0	27.383
5.07	Saldos Finais	720.000	0	31.618	27.383	0	779.001

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	188.000	0	0	0	0	188.000
5.04.01	Aumentos de Capital	188.000	0	0	0	0	188.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.335	0	46.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.335	0	46.335
5.07	Saldos Finais	547.000	0	0	20.284	0	567.284

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	462.338	580.270
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	408.110	550.515
7.01.02	Outras Receitas	54.228	29.755
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-285.341	-399.704
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.010	-63.544
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.899	-11.315
7.02.04	Outros	-218.432	-324.845
7.02.04.01	Custo de Construção	-205.989	-318.956
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-12.443	-5.889
7.03	Valor Adicionado Bruto	176.997	180.566
7.04	Retenções	-24.466	-14.437
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.466	-14.437
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	152.531	166.129
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.750	2.277
7.06.02	Receitas Financeiras	2.750	2.277
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.281	168.406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	155.281	168.406
7.08.01	Pessoal	31.063	28.698
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.680	17.648
7.08.01.02	Benefícios	8.080	8.647
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.471	1.772
7.08.01.04	Outros	832	631
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.746	50.806
7.08.02.01	Federais	27.511	39.165
7.08.02.02	Estaduais	164	143
7.08.02.03	Municipais	10.071	11.498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.089	42.567
7.08.03.01	Juros	58.928	42.125
7.08.03.02	Aluguéis	161	442
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.383	46.335
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.383	46.335

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Julho a Setembro/2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T16.

#### 1.1 - Principais destaques

No 3º trimestre de 2017, a Companhia continuou a duplicação da BR 163/MS, conforme a autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e dos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA, e continuou executando as obras de restauração do pavimento.

#### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

##### Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Receita de pedágio	73.022	74.393	-1,8%
Receitas acessórias	1.747	1.120	56,0%
Receita de construção	18.281	139.188	-86,9%
Receita bruta total	93.050	214.701	-56,7%
Deduções	-6.489	-6.546	-0,9%
Receita líquida total	86.561	208.155	-58,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

**Receita de Pedágio:** A receita teve uma redução de 1,8% no 3T17 com relação ao 3T16 devido à queda na cotação do milho e da soja.

**Receitas Acessórias:** O aumento de 56% no 3T17 em comparação com o 3T16 é devido aos novos contratos de utilização da faixa de domínio.

**Receita de Construção:** No 3T17 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var.%
Custo de construção	18.281	139.188	-86,9%
Provisão de manutenção	4.943	2.426	103,8%
Depreciação e amortização	8.646	5.996	44,2%
Custos contratuais	4.411	3.446	28,0%
Serviços de terceiros	11.717	13.697	-14,5%
Custo com pessoal	11.760	11.685	0,6%
Materiais, gastos gerais e outros	9.237	6.821	35,4%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>68.995</b>	<b>183.259</b>	<b>-62,4%</b>

Os custos e as despesas totais reduziram 62,4% no 3T17 em relação ao 3T16, alcançando o valor de R\$ 68.995 mil, em função da redução do fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

**Custo de construção:** No 3T17 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

**Provisão de Manutenção:** A provisão de manutenção sofreu um aumento de 103,8% no 3T17, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** No 3T17 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2016 e 2017, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 44,2% em depreciação e amortização.

**Custos Contratuais:** Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

O aumento de 28,0% nos custos contratuais decorreu do acionamento do seguro de riscos operacionais devido às obras emergenciais que ocorreram em 2016.

**Serviços de terceiros:** Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. A redução de 14,5% do valor no 3T17 em relação ao 3T16 ocorreu devido à melhor adequação das equipes da conservação.

**Materiais, Gastos Gerais e Outros:** Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram aumento de 35,4% devido ao aumento dos custos dos materiais.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Lucro líquido	18.039	14.292	26,2%
(+) IR/CS	9.449	7.329	28,9%
(+) Resultado financeiro	9.922	3.275	203,0%
(+) Depreciação e amortização	8.646	5.996	44,2%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>46.056</b>	<b>30.892</b>	<b>49,1%</b>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>53,21%</i>	<i>14,84%</i>	<i>38 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	3ºT17	3ºT16	Var. %
Lucro líquido	18.039	14.292	26,2%
(+) IR/CS	9.449	7.329	28,9%
(+) Resultado financeiro	9.922	3.275	203,0%
<b>EBIT (a)</b>	<b>37.410</b>	<b>24.896</b>	<b>50,3%</b>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>43,22%</i>	<i>11,96%</i>	<i>31 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

### Resultado financeiro líquido

	3ºT17	3ºT16	Var. %
<b>Despesas financeiras</b>	<b>9.433</b>	<b>(3.757)</b>	<b>-351,1%</b>
Juros sobre financiamentos	(17.300)	(11.905)	45,3%
Varição monetária sobre empréstimos	(2.056)	(2.118)	-2,9%
Capitalização de custo dos empréstimos	29.753	10.967	171,3%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(964)	(701)	37,5%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>489</b>	<b>482</b>	<b>1,5%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	481	430	11,9%
Juros e outras receitas financeiras	8	52	-84,6%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>9.922</b>	<b>(3.275)</b>	<b>-403,0%</b>

No 3T17 os juros sobre financiamentos aumentaram 45,3% em relação com o 3T16 devido a 2ª liberação do Empréstimo de Longo Prazo, contratado junto ao BNDES e dos Contratos de Financiamento FINISA e REPASSE, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, totalizando R\$ 107.404 mil desembolsados em março.

## 2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

### Obras em andamento durante o 3º. Trimestre de 2017:

- Recuperação e manutenção
  - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
  - Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.

## Comentário do Desempenho

- Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço
  - Duplicação dos seguintes trechos:
    - Km 23,150 ao km 28,530
    - Km 95,520 ao km 104,500
    - Km 369,000 ao km 374,000
    - Km 374,000 ao km 380,000
    - Km 502,160 ao km 511,650
    - Km 607,300 ao km 610,000
    - Km 626,210 ao km 628,460
    - Km 647,120 ao km 650,300
    - Km 688,170 ao km 693,355
    - Km 840,567 ao Km 845,340

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Houve redução de 8% no total de acidentes e redução de 5% no total de acidentes com vítimas feridas no 3T17 quando comparado ao mesmo período de 2016. Vale ressaltar que a Companhia continua com a monitoração dos pontos vulneráveis de ocorrências de acidentes, e está implementando as correção do trecho, em cumprimento as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), executou campanhas educativas de segurança viária, ações específicas para feriados prolongados, conservação e implantação de sinalização horizontal e vertical e conservação integral do pavimento com operações de tapa buraco e fresa/enchimento, além da manutenção do verde (canteiro central e lateral). O sistema de atendimento ao usuário abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço 0800 e de inspeção do tráfego.

<b>Total de Acidentes (CCR MSVia)</b>	<b>3ºT17</b>	<b>3ºT16</b>	<b>Var.%</b>
Total de Acidentes	344	374	-8%
Acidentes com Vítimas Feridas	161	191	-15,7%

### 4. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionaria de Rodovia Sul - Matogrossense S.A, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

##### a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.



## Notas Explicativas

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluído em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

b) Outras informações relevantes:

Durante o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes alterações nos processos que envolvem a Companhia:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou Tutela Cautelar Antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da Concessionária. Pleiteou a suspensão da cobrança de pedágio. O juiz determinou que as requeridas se manifestassem sobre a inicial e designou audiência para 20 de junho de 2017.

Após a audiência, o juiz determinou que a ANTT se manifeste sobre o pedido de revisão do contrato de concessão efetuado pela Concessionária e, após este prazo, será concedido prazo para manifestação da MSVia e da OAB/MS.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos Contratos de Concessão e mantém a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC

## Notas Explicativas

21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de outubro de 2017, foi autorizada pela Administração da companhia a conclusão destas ITRs.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	9.509	9.877
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	16.730	435
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	4.967	9.655
	<u>31.206</u>	<u>19.967</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,20% do CDI, equivalente a 10,94% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

### 7. Contas a receber

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	814	1.221
Pedágio eletrônico (b)	10.256	8.899
	<u>11.070</u>	<u>10.120</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(298)	(296)
	<u>10.772</u>	<u>9.824</u>

## Notas Explicativas

### Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Crédito a vencer	10.552	9.512
Créditos vencidos até 60 dias	220	312
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1	149
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>297</u>	<u>147</u>
	<u>11.070</u>	<u>10.120</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2017 a 30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a 30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a 30/09/2016</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2016 a 30/09/2016</u> (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.488	42.404	21.621 (*)	70.662 (*)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.346)	(14.417)	(7.351)	(24.025)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	-	74	118
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(83)	(548)	(52)	(473)
Despesas indedutíveis	(20)	(39)	(5)	(20)
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>5</u>	<u>73</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.449)</u>	<u>(15.021)</u>	<u>(7.329)</u>	<u>(24.327)</u>
Impostos correntes	-	(22)	(3.585)	(5.785)
Impostos diferidos	<u>(9.449)</u>	<u>(14.999)</u>	<u>(3.744)</u>	<u>(18.542)</u>
	<u>(9.449)</u>	<u>(15.021)</u>	<u>(7.329)</u>	<u>(24.327)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,38%</u>	<u>35,42%</u>	<u>33,90%</u>	<u>34,43%</u>

## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u> <b>(Reapresentado)</b> (*)
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	20.684	21.862
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.142	1.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	535	534
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	3	-
Constituição da provisão de manutenção	8.590	3.740
Outros	-	(13)
	<u>30.954</u>	<u>27.680</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	<u>(45.838)</u>	<u>(27.565)</u>
	<u>(45.838)</u>	<u>(27.565)</u>
<b>Ativo diferido líquido</b>	<u>-</u>	<u>115</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(14.884)</u>	<u>-</u>

(\*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação).

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas:

	Transações					
	<u>01/07/2017 a 30/09/2017</u>			<u>01/01/2017 a 30/09/2017</u>		
	Serviços prestados	Intangível	Despesas Financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas Financeiras
<b>Controladora</b>						
CCR S.A.	874 (a)	-	2 (a)	2.622 (a)	-	21 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
CPC	1.090 (b)	210 (b)	10 (b)	3.269 (b)	629 (b)	97 (b)
Intercement Brasil S.A.	-	13 (d)	-	-	4.413 (d)	-
Total, 30 de setembro de 2017	<u>1.964</u>	<u>223</u>	<u>12</u>	<u>5.891</u>	<u>5.042</u>	<u>118</u>
Total, 01 de julho de 2016 a 30 de setembro 2016	<u>1.563</u>	<u>5.846</u>	<u>-</u>			
Total, 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro 2016				<u>4.438</u>	<u>16.466</u>	<u>889</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Saldos</b>	
	<b>30/09/2017</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Contas a receber</b>	<b>Fornecedores, contas a pagar e ILP</b>
<b>Controladora</b>		
CCR S.A.	-	458 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>		
Companhia Operadora de Rodovias	1 (c)	9 (c)
AutoBAn	9 (c)	-
CPC	9 (b)	1.235 (b)
SPVias	3 (c)	-
Metrô Bahia	15 (c)	11 (c)
Total circulante, 30 de setembro de 2017	<u>37</u>	<u>1.713</u>
Total, 30 de setembro de 2017	<u>37</u>	<u>1.713</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>35</u>	<u>873</u>

**Despesas com profissionais-chave da administração**

	<b>01/07/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/01/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/01/2016 a 30/09/2016</b>
Remuneração: (e)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	773	2.507	875	2.748
Outros benefícios:				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	331	995	209	626
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	1.196	-	1.334
Previdência privada	4	13	3	12
Seguro de vida	2	5	2	5
	<u>1.110</u>	<u>4.716</u>	<u>1.089</u>	<u>4.725</u>

**Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração**

	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Remuneração dos administradores (e)	1.184	1.141

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

## Notas Explicativas

- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

### 10. Ativo imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	1.143	-	(5)	239	1.377
Máquinas e equipamentos	52.990	-	(10)	6.706	59.686
Veículos	21.066	-	(72)	1.351	22.345
Instalações e edificações e terrenos	1.124	-	-	-	1.124
Sistemas operacionais	43.531	-	(140)	2.104	45.495
Imobilizações em andamento	32.781	8.001	-	(11.686)	29.096
	<u>152.635</u>	<u>8.001</u>	<u>(227)</u>	<u>(1.286)</u>	<u>159.123</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.500 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 3.944 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,65 % a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) e 0,63% a.m. no período de nove meses de 2016.

#### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/09/2017		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(111)	(100)	1	-	(210)
Máquinas e equipamentos	11	(3.677)	(5.657)	5	6	(9.323)
Veículos	25	(9.569)	(4.068)	39	-	(13.598)
Instalações, edificações e terrenos	-	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	10	(4.260)	(3.693)	23	(6)	(7.936)
		<u>(17.913)</u>	<u>(13.518)</u>	<u>68</u>	<u>-</u>	<u>(31.363)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

### 11. Intangível

#### Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)		
Direitos de exploração da infraestrutura	1.269.648	267.288	68		1.537.004
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.273	-	1.218		8.491
	<u>1.276.921</u>	<u>267.288</u>	<u>1.286</u>		<u>1.545.495</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 51.728 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 25.811 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) e 0,63% a.m. no período de nove meses de 2016.

## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016	30/09/2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(8.408)	(9.723)	(18.131)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.323)	(1.225)	(2.548)
		(9.731)	(10.948)	(20.679)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

## 12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2017	Vencimento Final	30/09/2017	31/12/2016
<b>Em moeda nacional</b>							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	15.499	Março de 2039	660.023	580.146 (b) (c)
2. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1789% (a)	2.420	2.279	Março de 2039	126.186	102.138 (b) (c)
3. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.516	Março de 2039	50.992	41.062 (b) (c)
<b>Total geral</b>				<b>20.294</b>		<b>837.201</b>	<b>723.346</b>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos						2.745	2.537
Custos de transação						(1.556)	(1.408)
						<b>1.189</b>	<b>1.129</b>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos						854.750	740.543
Custos de transação						(18.738)	(18.326)
						<b>836.012</b>	<b>722.217</b>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

### Garantias:

(b) Garantia real.

(c) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2017
2020	44.429
2021	44.401
2022	44.401
2023 em diante	721.519
	<b>854.750</b>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não existem cláusulas de repactuação. Nestes períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017. Ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

## Notas Explicativas

1. Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.561 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..
2. Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910, com remuneração de TJLP + 2% a.a..
3. Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

### 13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	31/12/2016			30/09/2017		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	Total
Cíveis	-	5	(1)	(4)	-	-
Trabalhistas	-	114	(104)	(131)	131	10
Total	-	119	(105)	(135)	131	10

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 240 e R\$ 388 (R\$ 116 e R\$ 212 respectivamente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.)

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2017	31/12/2016
Cíveis e administrativos	163	89
Trabalhistas e previdenciárias	17	47
	180	136

### 14. Provisão de manutenção

Não circulante	31/12/2016	30/09/2017		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	
	11.001	12.443	1.827	25.271
	11.001	12.443	1.827	25.271



## Notas Explicativas

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão em 2015 e 2016 é 15,77%. A mesma é equivalente às taxas de mercado para o período a que se refere.

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 63.000, mediante a emissão de 63.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e podendo ser integralizadas até 10 de janeiro de 2017. Nesta data foi integralizado R\$ 10.000 e em 10 de janeiro de 2017 foi integralizado R\$ 53.000, passando o capital da Companhia para R\$ 645.000, dividido em 645.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 662.000, dividido em 662.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de maio de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 14.000, mediante a emissão de 14.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 676.000, dividido em 676.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de junho de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 28.000, mediante a emissão de 28.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 704.000, dividido em 704.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de julho de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 16.000, mediante a emissão de 16.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 720.000, dividido em 720.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/09/2016</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido	18.039	27.383	14.292	46.335
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>876.239</u>	<u>676.491</u>	<u>530.478</u>	<u>474.788</u>
Lucro por ação - básico e diluído em R\$	0,02059	0,04048	0,02694	0,09759

## Notas Explicativas

### 16. Receitas

	<b>01/07/2017 a</b> <b>30/09/2017</b>	<b>01/01/2017 a</b> <b>30/09/2017</b>	<b>01/07/2016 a</b> <b>30/09/2016</b>	<b>01/01/2016 a</b> <b>30/09/2016</b>
Receitas de pedágio	73.022	197.180	74.393	223.788
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	18.281	205.989	139.188	318.956
Receitas administrativas	-	-	-	889
Receitas acessórias	1.747	4.941	1.120	6.882
<b>Receita bruta</b>	<b>93.050</b>	<b>408.110</b>	<b>214.701</b>	<b>550.515</b>
Impostos sobre receitas	(6.471)	(17.489)	(6.533)	(20.034)
Devoluções e abatimentos	(18)	(52)	(13)	(41)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(6.489)</b>	<b>(17.541)</b>	<b>(6.546)</b>	<b>(20.075)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>86.561</b>	<b>390.569</b>	<b>208.155</b>	<b>530.440</b>

### 17. Resultado financeiro

	<b>01/07/2017 a</b> <b>30/09/2017</b>	<b>01/01/2017 a</b> <b>30/09/2017</b>	<b>01/07/2016 a</b> <b>30/09/2016</b>	<b>01/01/2016 a</b> <b>30/09/2016</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(17.300)	(49.699)	(11.905)	(34.932)
Varição monetária sobre financiamentos	(2.056)	(6.801)	(2.118)	(6.168)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(12)	(118)	-	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(784)	(1.827)	(225)	(435)
Capitalização de custos dos empréstimos	29.753	54.228	10.967	29.755
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(168)	(665)	(476)	(897)
	<b>9.433</b>	<b>(4.882)</b>	<b>(3.757)</b>	<b>(12.677)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	481	2.251	430	2.193
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	-	1	-	-
Juros e outras receitas financeiras	8	498	52	84
	<b>489</b>	<b>2.750</b>	<b>482</b>	<b>2.277</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>9.922</b>	<b>(2.132)</b>	<b>(3.275)</b>	<b>(10.400)</b>

### 18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período apresentado.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	21.697	-	-	10.090	-	-
Contas a receber	-	10.772	-	-	9.824	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	37	-	-	35	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(837.201)	-	-	(723.346)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(24.665)	-	-	(58.021)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.713)	-	-	(873)
<b>Total</b>	<b>21.697</b>	<b>10.809</b>	<b>(863.579)</b>	<b>10.090</b>	<b>9.859</b>	<b>(782.240)</b>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/09/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	21.697	10.090

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas

## Notas Explicativas

utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	675.523	(61.679)	(73.680)	(85.685)
CEF	Aumento da TJLP	Março de 2039	181.973	(16.616)	(19.848)	(23.082)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		16.722	1.349	1.687	2.024
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		4.967	405	506	608
				<u>(76.541)</u>	<u>(91.335)</u>	<u>(106.135)</u>

As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:

TJLP <sup>(2)</sup>	7,00%	8,75%	10,50%
CDI <sup>(3)</sup>	8,14%	10,18%	12,21%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2017, divulgada pelo BNDES;  
 (3) Refere-se a taxa de 30/09/2017, divulgada pela B3/CETIP; e  
 (4) Saldo Líquido: o conceito aplicado para aplicação financeira é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto nas aplicações, há um aumento da receita financeira; e  
 (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	<u>4.475.647</u>	<u>4.846.348</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

## Notas Explicativas

### 20. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Fornecedores partes relacionadas	139	147
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>139</u>	<u>147</u>
Aquisição de ativo intangível	(139)	(147)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(139)</u>	<u>(147)</u>

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

### 21. Eventos subsequentes

#### Aumento de capital

Em 09 de outubro de 2017, ocorreu o aumento de capital de R\$ 29.000.

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 01 de novembro de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Campo Grande/MS, 25 de outubro de 2017.

---

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2017 ("ITR 3º Tri").

Campo Grande/MS, 25 de outubro de 2017.

---

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

---

SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL

DIRETOR DE ENGENHARIA